

## ACTA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO

# 4<sup>a</sup>

Aos dois dias do mês de Junho do ano dois mil e dez, reuniu a Assembleia Municipal de Mogadouro, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência de Ilídio Granjo Vaz, Presidente da Mesa, de Osvaldo Augusto Morais Urze, Primeiro Secretário e de Abel Maria Barranco, Segundo Secretário. -----

-----Para se verificar da existência de quórum, procedeu-se à chamada, estando presentes cinquenta e um elementos dos cinquenta e sete que constituem este órgão: -----

-----Ilídio Granjo Vaz, Domingos Alfredo Fernandes Amaro, José Augusto Paiva Lima, Abel Maria Barranco, Aníbal José Moreno, Antero Augusto Neto Lopes, Sandra Carina Cardoso Teixeira de Sampaio Mesquita, Antónia de Jesus Moura Cardoso, Carlos Manuel Vinhais Conde, Manuel Alfredo Preto, Belmiro Joaquim Mendes Ferreira, José Augusto Rodrigues Mendes, Maria José Fernandes Tuna Polónio, Ilídio Simões Martins, António Manuel Ramos Pimenta de Castro, Maria Eugénia Batista Mesquita Cabanal, Osvaldo Augusto Morais Urze, Jaime dos Santos Gaspar, Luis Maria Mouro, Altino dos Anjos Aleixo, Ana Rita Marcos Carrasco, Bruno Alexandre Lagareiro Amador, Manuel Luís Tibério, Mário Humberto Afonso, António Luis Bernardo Martins, Ilídio Miguel Martins Rito, José Francisco Moreno, José dos Santos Carrasco, Ricardo Manuel Martins Cordeiro, Luis Filipe Silva Parreira em substituição de José Carlos Ferreira Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco, nos termos da alínea c), do artigo 38, da Lei – 5-A/2002, António Joaquim Valença, Luís António Rodrigues Fernandes, Sílvia Dora Bártole Moreira Ribeiro em substituição de Francisco Joaquim Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de Mogadouro, nos termos da alínea c), do artigo 38, da Lei – 5-A/2002, Abel Afonso Varandas, José Joaquim Moura, Luis Pedro Martins Lopes, Francisco Narciso Esperança em substituição de Francisco Joaquim Familiar, Presidente da Junta de Freguesia de Remondes, nos termos da alínea c), do artigo 38, da Lei – 5-A/2002, Francisco Manuel Fernandes, Agostinho Joaquim Fernandes, Vítor Manuel de Oliveira Coelho, José Joaquim Pinto, Manuel António Preto, Carlos Manuel Lourenço Luís, Belarmino Silvestre Pinto, Rui Manuel Felgueiras Mesquita, Dulcíneo Augusto Rodrigues, José Francisco Bento Sanches Branco, Afonso Henrique Gonçalves, Manuel Maria Sousa, Daniel Joaquim Paulo e Manuel dos Anjos Garcia. -----

-----Foi justificada a falta aos Deputados Municipais José Maria Preto, Maria Zita Rodrigues França Costa, Américo Luis Amador, Maria Helena Pires Mendo, Vitor Manuel Purrulo Madaleno, Presidente da Junta de Freguesia de Azinhoso. -----

-----Não apresentou justificação os Deputado Municipal Alfredo Augusto Ferreira. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, tendo por base a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

-----1.1 *Informação da Correspondência Recebida e Expedida.* -----

-----1.2 *Assuntos de interesse relevante para o Município.* -----

-----2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

-----2.1 *Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro.* -----

-----2.2 *Análise e deliberação sobre “2ª Revisão ao Orçamento Municipal da Receita para o Ano de 2010”.* -----

-----2.3 *Análise e deliberação sobre “1ª Revisão ao Orçamento Municipal da Despesa para o Ano de 2010”.* -----

-----2.4 *Análise e deliberação sobre “ 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos para o Ano de 2010”.* -----

-----2.5 *Análise e deliberação sobre “ Encerramento do Centro Escolar de Castro Vicente ”.* -----

-----2.6 *Outros Assuntos.* -----

-----3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** declarou abertos os trabalhos. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “vamos entrar no período de antes da ordem do dia..., por força da antecipação desta sessão, para o dia hoje não houve tempo de ultimar a acta, pelo que por esta razão transitará para a próxima sessão”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** apresentou de seguida o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos: -----

-----1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

-----1.3 *Informação da correspondência recebida e expedida.* -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, depois de apresentado o ponto, e antes de avançarmos, embora a Mesa tenha maioria, convidava o Senhor Osvaldo para nos vir aqui ajudar, hoje se fizer o favor, porque a Dona Zita, por motivos profissionais não pode vir. -----

-----Relativamente à correspondência toda a gente a recebeu. Alguém quer intervir sobre este ponto? Não tendo havido inscrições para o uso da

palavra o Presidente da Assembleia disse: “vamos passar ao ponto 1.2 – Assuntos de Interesse Relevante para o Município”. -----

-----**1.4 Assuntos de interesse relevante para o Município;** -----

► **JOSÉ LIMA** usou da palavra e disse: “queríamos obter quatro informações na base do aprovado nas Grandes Opções do Plano, Exercício de 2010 do Município de Mogadouro, são muito curtas, consta nomeadamente apoio às famílias carenciadas com uma verba de € 190.000. Queríamos saber quantas famílias, até ao momento, foram contempladas? E quanto dinheiro foi gasto? Ainda no âmbito desta rubrica; queríamos saber quantas intervenções foram realizadas nas casas desagradadas destas famílias com carências? -----

-----Medicamentos, foi aprovada por esta Assembleia uma verba de € 100.000. Queríamos saber quantas pessoas, até ao momento foram contempladas? E qual a metodologia atribuída que está a ser seguida? E quanto dinheiro já foi gasto? -----

-----Sistema de Tele-Assistência, com uma rubrica de € 17.000. Queríamos saber também, quantas pessoas até ao momento foram contempladas com este dispositivo de apoio? E quanto dinheiro foi gasto? E qual o critério de atribuição? -----

-----Por último, viatura móvel, para ser utilizada tipo loja do cidadão, aprovada uma verba de € 30.000. Queríamos saber se esta viatura já está em funcionamento no terreno? Qual o pessoal credenciado que a compõe? E se são analisados pela Câmara os relatórios (?) dessa actividade, informadas as Instituições em referência? Também neste aspecto queria perguntar, com que frequência este serviço é realizado? E se esta viatura se destina somente a este serviço? -----

► **DOMINGOS AMARO** usou da palavra e disse: “ primeiro quero manifestar a minha satisfação, por ver que deu resultado a intervenção que fiz na primeira sessão, pelo facto de ficarmos com muita esperança de termos um mobiliário a seguir igual ao que já tem a Mesa da Assembleia, é um bom começo, a seguir esperemos que sejamos nós a ser contemplados. -

-----Depois queria muito brevemente referir uma situação que se vai passando frequentemente no nosso Município, e não só, nos Municípios que confinam com o nosso, também acontece, é a questão da segurança nas obras que são obras da Câmara, por exemplo a questão das estradas, a sinalização é escassa, ou nula, na maior parte das obras, e isso faz com que haja perigos constantes, eu há cerca de seis meses caí com o carro dentro de uma boca de esgoto, porque não estava sinalizada, a fazer uma marcha atrás, em Brunhosinho, tive algum prejuízo, não foi avultado, mas de qualquer forma a empresa disse..., isso é uma obra da Câmara, mas despacharam para a empresa, a empresa disse que pagava o prejuízo, mas até agora nada, pelo que terei que ir por outras vias, que não aquelas do acordo; na minha rua, na rua por baixo da minha casa, embora não caia lá

porque sei onde é que está, porque vi fazer a obra, mas há lá um grande buraco, que lá ficou, que cabe lá uma roda de um carro qualquer, se o carro cair lá não consegue sair, é claro que essas obras não podem ser feitas de imediato, mas pelo menos vamos sinalizá-las, para ver que há ali perigos, por outro lado também acho que há um desrespeito pela propriedade privada, as empresas vão trabalhando, vão destruindo algumas coisas do lado das ruas, dos muros, e dizem que no fim arranjam, mas vão passando os meses e não vão sendo arranjadas, mas principalmente a questão da segurança, é que vê-se em toda a Vila, as empresas não respeitam minimamente as questões da segurança nos aspectos da sinalização, e portanto qualquer pessoa pode ter um acidente numa situação desse tipo”. -

► **LUIS TIBÉRIO** usou da palavra e disse: “ neste ponto da ordem do dia, e lendo as actas das reuniões do Executivo ressaltaram-me alguns aspectos que fui anotando, e que me pareciam importantes aqui referir, um desses aspectos que me ressaltou ao ler as actas tem a ver com um assunto que é recorrente, e que a Câmara refere com frequência, que é a questão dos protocolos para as transferências de verbas para as Juntas de Freguesia, quero dizer que concordo com o princípio, aliás acho que tal princípio devia ser estendido a outras instituições, assinar protocolos para comprometer essas transferências, todavia o problema não está no princípio em si, com o qual concordo, como disse, mas na natureza dos seus protocolos, e na sua aplicação e concretização, por exemplo perguntaria se existe um modelo de protocolo a celebrar com as Juntas de Freguesia? Pergunto se esta Assembleia tem conhecimento de um documento desse tipo? Pergunto em que consistem tais protocolos? Têm como finalidade contratualizar o Plano de Actividades coerente, consistente, fundamentado, orçamentado, com prioridades devidamente estabelecidas, para um dado período de tempo definido? Ou trata-se de meros instrumentos para contratualizar iniciativas avulsas completamente desgarradas? Assina-se um protocolo, por iniciativa, por obra, conforme a vontade do Presidente de Junta no momento, conforme se vai lembrando de que precisa fazer alguma coisa? Assina-se um protocolo para a construção de um muro? Outro protocolo para a construção de um pontão? Depois ainda um outro para a colocação de uma grelha de recolha de águas? E depois ainda um outro para a pintura do cemitério? É este o conceito de protocolos do Executivo? A acta de 13 de Abril do Executivo diz a este propósito o seguinte: «*O Executivo decidiu atribuir um subsidio de € 12.500, mais concretamente € 12.540 à Junta de Freguesia de Vilarinho, Vilarinho vem apenas por mero acaso, para obras do muro envolvente do cemitério: mediante protocolo a celebrar*», bom, pergunto, mas se o Executivo já decidiu atribuir o apoio financeiro, para quê elaborar um protocolo? Confesso que não aprecio esta prática de elaborar protocolos em cima de qualquer parede, ou mergulhado (?), defendo antes a elaboração de protocolos, e a

assinatura desse tipo de protocolos entre a Câmara Municipal, e todas as Juntas de Freguesia, todas sem excepção, mas com base nos seus Planos de Actividade, com base nos seus Planos anuais, ou Plurianuais de Actividade, devidamente fundamentados, hierarquizados e orçamentados, isto sim é comprometer o Executivo Camarário e as Juntas de Freguesia, com exercício de planeamento, com exercício de definição de prioridades em torno de um conjunto de investimentos, em torno de um conjunto de iniciativas coerentes e consistentes, isto sim é comprometer os decisores, que somos todos nós, com um conjunto de investimentos que no seu conjunto podem formar um plano de desenvolvimento harmonioso, integrado, e sustentável, que assim pretendemos. Em suma, é assim que se gastam bem os recursos escassos de que dispomos. -----

-----Um outro aspecto que resulta também da leitura de actas, tem a ver com a questão da localização do Matadouro, em Sendim; na Sessão do dia 27 de Abril, e no período de antes da ordem do dia os Vereadores do P<sup>S</sup> questionaram o Executivo acerca das continuadas referências na imprensa sobre a eventual construção de um Matadouro Regional em Sendim, manifestando aliás estranheza por tais notícias, dado nenhuma decisão, ter sido tomada em sede de reunião do Executivo, tão pouco em sede de reunião desta Assembleia, sobre este assunto, e nessa reunião, o Vereador responsável pelo pelouro respectivo deu as explicações que achou por bem dar nessa sessão. Aqui nesta Assembleia perguntamos: o Matadouro avança, ou não avança? E se avança, quais os prazos? E qual a natureza do investimento? Qual o envolvimento da Câmara Municipal neste tipo de projecto? -----

-----Ainda da leitura das sessões do Executivo, e na sessão de 11 de Maio, mais uma vez os Vereadores do P<sup>S</sup> dirigiram um conjunto de questões à Câmara e ao Executivo sobre a empresa Voadouro, presumo que se trate de um conjunto de questões plenas de actualidade, plenas de pertinência, dado que o Senhor Presidente da Câmara optou por responder que o Executivo responderia por escrito a tais questões, pergunta-se, perguntamos todos nós. O Executivo já respondeu aos Vereadores do P<sup>S</sup> sobre as questões suscitadas? Se respondeu, ou mesmo que não tenha respondido, o Executivo acha que sobre este assunto não deveriam ser dadas também explicações nesta Assembleia, e por essa via aos Mogadourenses em geral? -----

-----Um outro aspecto, e um último aspecto retirado da leitura das sessões do Executivo, prende-se com aquilo que vulgarmente se designa por processo de construção do Núcleo de Cozinhas Regionais, e também mais uma vez nessa sessão de 11 de Maio, onde esse tema foi abordado, aliás sobre o processo de construção das Cozinhas Regionais, eu já várias vezes vi relatado este assunto na imprensa, e da forma como ele é relatado e apresentado na imprensa dá ideia de se tratar de um investimento Municipal. É verdade? Estou eu a perceber bem as coisas? É a Câmara a

promotora do investimento? Qual é de facto a natureza deste tipo de investimentos? Estamos a falar de quê? Quantas cozinhas são? Trata-se, ou tratar-se-á de pequenos investimentos em pequenas unidades artesanais, ou semi-artesanais, que visam preservar a tipicidade dos produtos locais e regionais, valorizando as matérias-primas locais, valorizando os saberes fazeres locais? Ou trata-se pelo contrário de meras Indústrias que visam laborar produtos indiferenciados? Aliás, acho estranho este conceito do Executivo de Cozinha Regional associado a uma Zona Industrial. -----  
-----Termino, já não com um assunto que resulta da leitura de actas, mas dum assunto que eu vou anotando, sempre que há questões, ou sempre que aparecem aspectos relatados na imprensa, e não só, sobre Mogadouro, diz respeito àquilo que há pouco tempo atrás, há uns dias atrás, foi apresentado (?) como um plano de desenvolvimento turístico do Vale do Douro, no âmbito desse plano de desenvolvimento turístico do Vale do Douro, vão ser desenvolvidos no Douro, na região do Douro 25 projectos turísticos a que corresponde um investimento de trinta e dois milhões de euros, desses projectos, coincidência em aspectos diversos, ligados ao Turismo indirectamente, mas directamente ligados à preservação do património, e não só, destacam-se o espaço Miguel Torga em Sabrosa, com o investimento de três virgula dois milhões, e um Centro de Artes e Eventos em Torre de Moncorvo, aliás o mais dispendioso de todos os 25 projectos, com três virgula quatro milhões de euros, de notar que nesses 25 projectos de investimento, Mogadouro não aparece contemplado. Eu pergunto, ficou Mogadouro de fora desse plano de desenvolvimento turístico para o Douro? Se ficou porquê? Poderá estar eventualmente nos restantes não aprovados? Que foram 40 que não foram contemplados”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse: “o assunto que me traz aqui já foi afluído pelo Luis Tibério, vou também reforçar, e ver se de facto temos alguma explicação do que se está a passar com o chamado centro de voo à vela, apareceu na comunicação social há algum tempo um comunicado de um Piloto a contestar o que se passa na pista, ou sobre a utilização do aeródromo, e gostaríamos que a Câmara Municipal respondesse a esta Assembleia, informasse esta Assembleia do que é que se está a passar, e saber quem é que administra o aeródromo, se é a Câmara, se é alguma associação, saber também qual foi o financiamento do fundo turismo que essa infra-estrutura teve, e se de facto se está, ou não, a tirar partido do potencial turístico que essa infra-estrutura pode potenciar, porque ao não deixar, pelo menos é o que dizem esses pilotos, ao não deixar utilizar essa infra-estrutura com certeza se está a perder muito, ou alguma possibilidade do desenvolvimento turístico de Mogadouro, através desses Pilotos que praticam o chamado voo à vela, por isso gostaria da parte do Senhor Presidente que informasse esta Assembleia de qual a situação dessa infra-estrutura, e o porquê destes Pilotos contestarem a não

utilização, por parte da Câmara, creio que será a Câmara a não deixar utilizar esses Pilotos, essa infra-estrutura, era importante que esta Assembleia ficasse esclarecida sobre esse aspecto”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “ começo por responder ao Deputado Senhor Lima acerca da protecção às famílias, dos medicamentos, das habitações, todas essas coisas, eu não sei se leu bem o programa, e se leram bem as nossas promessas, as nossas promessas referem-se de facto a quatro anos de mandato, até porque compreenda seria muito difícil catalogar as famílias, no entanto até já o fizemos, já fizemos um levantamento das famílias pobres e vai sair um prospecto com elementos concretos acerca disso, quem quiser criticar depois critica; quanto aos medicamentos é altura de facto, neste segundo ano de mandato, de entrar em linha de conta com isso (?), isto não são coisas para fazer do pé para a mão. -----

-----Já as considerações que faz o Senhor Deputado Amaro, são acidentes, e podem ter uma rapidez de execução quase imediata, vamos tratar de todos esses problemas, aliás aquele buraco que tem lá em sua casa já foi remendado duas ou três vezes, continua buraco, vamos procurar resolver esses problemas. -----

-----Nos protocolos com as Juntas, vou dar a palavra ao Vereador Pimentel, que é o que está encarregado desse pelouro, assim como a base que os sustenta. -----

-----Quanto à localização do Matadouro, o que resultou da conversa, é que Miranda do Douro, não prescinde de maneira nenhuma de que o Matadouro seja no Concelho de Miranda do Douro, e não prescinde porque tem o Matadouro em Miranda, porque tem quotas de abate, por uma série de razões que eles inventam, e portanto Mogadouro não tem alternativa de avançar com um Matadouro sem Miranda do Douro e sem Vimioso, porque isso seria desastroso do ponto de vista económico, do ponto de vista da sustentabilidade do Matadouro, de maneira que se a Assembleia decidir que não quer o Matadouro em Sendim, é só dizer, mas assume essa responsabilidade, agora nós entendemos, que ter o Matadouro de Miranda do Douro a 47 km, ou tê-lo simplesmente a 23 km, é preferível tê-lo a 23, até porque aquela zona de Urrós, e do Planalto, se aproxima do Matadouro, no entanto o estudo de viabilidade económica, todos esses estudos, inclusivamente do levantamento de terrenos, e isso tudo, está a cargo, e creio que já está praticamente implementado pelo Presidente da Câmara de Miranda do Douro, Doutor Artur. Vai avançar, se quiserem que avance, e vai avançar com Mogadouro, com uma quota de 35%, Miranda do Douro e Vimioso, o resto. -----

-----Quanto às Cozinhas Regionais, o Vereador Pimentel responderá também. -----

-----No turismo do Vale do Douro, é que o problema que se passa aqui, é

que nós somos Vale do Douro para umas coisas, mas não somos Vale do Douro para outras, e isso dificulta muito, reprovaram-nos o projecto da ribeira do Juncal, aprovaram-nos o projecto de recuperação da ribeira de São Martinho do Peso, e é isto, não há mais nada. -----

-----Deputado Moreno, o Vice-presidente responderá às suas questões”. --

► **ANTÓNIO PIMENTEL** usou da palavra e disse: “começando por responder ao Deputado Tibério, gostaria de dizer o seguinte, protocolos com Juntas de Freguesia, se é extensivo, ou não, a outras instituições, se leu as actas deve constatar que grande parte dos protocolos não dizem respeito a Juntas de Freguesia, dizem até respeito a Comissões Fabriqueiras, portanto já estamos a fazer isso, já se está a estabelecer protocolos, nomeadamente com as Juntas Fabriqueiras para recuperar todo o património religioso. Depois dizer porque é que em 13 de Abril se deliberou em reunião de Câmara, e porque é que é necessário fazer protocolo com a Junta de Freguesia de Vilarinho, a não ser que tenha alguma coisa contra Vilarinho, porque a transferência de capital, deve ser suportada por um documento, e esse documento é naturalmente um protocolo. Depois referir se eles obedecem, a um modelo tipo, ou não, é evidente que temos um modelo padrão que se adapta naturalmente aos agentes que vão receber essas transferências, se é com as Juntas Fabriqueiras será referido os elementos que identificam a Comissão Fabriqueira, se é referente a uma Junta ele tem que ter os elementos da Junta, e mais, e só são pagos depois, quer umas entidades, quer outras, entregarem as declarações de não dívida à Segurança Social, e às Finanças, é assim que a Lei nos obriga, é assim que estamos a fazer. Agora quando refere, nomeadamente, se não fazemos um protocolo de âmbito geral para todas as Juntas de Freguesia, é um entendimento, o nosso entendimento é que para além das transferências que aprovámos aqui também, de dois mil euros por cada localidade, para aqueles aspectos mais comesinhos, como seja a manutenção e a limpeza das aldeias, sempre que uma entidade, ou uma Junta de Freguesia solicita apoio financeiro à Câmara, ele é analisado, é deliberado em reunião de Câmara, e é suportado por esse protocolo. Não há protocolos (**fim da gravação na presente faixa da banda magnética**) ..., uma Junta de Freguesia tem as suas competências, a Câmara tem as suas competências, portanto ao assinarmos o protocolo, de certo modo estamos a substituímo-nos nalgumas coisas à competência de outras entidades, e ele tem que ser suportado por esse protocolo, penso que é perfeitamente claro, e a legislação também aponta no sentido de que efectivamente sejam obras perfeitamente identificadas, daí aparecer nas actas, em Sanhoane, nomeadamente, um protocolo para o pontão, um protocolo para A, ou para B, são protocolos que dizem respeito a uma obra concreta, e como sabe essas obras torna-se necessário levar à Câmara para aprovação, e para aprovar a conta final da obra, ora não vamos aprovar, poderia

eventualmente ser, se consta-se do plano também, como por exemplo, dou o exemplo, como já constou noutros anos anteriores, vários arruamentos nas aldeias, evidentemente, a gente lança uma obra para vários arruamentos, mas sendo despesas correntes, eles devem dizer respeito a uma obra específica. -----

-----No que diz respeito às Cozinhas Regionais, quero dizer o seguinte: o projecto foi um projecto que foi mandado executar na vigência do QCA3, e o QCA3 impunha, de certo modo que o nome dos projectos fossem apelativos de acordo com o QCA3, como seja recuperação ambiental, como seja núcleo de Cozinhas Regionais, e outros do género, porque adaptavam-se melhor ao conteúdo do QCA3, com o QREN as coisas são um bocadinho diferentes, a orientação do QREN é bastante diversa do QCA3, nessa medida há algum desfaseamento entre estes projectos que já estavam elaborados, e a política definida no QREN, de qualquer maneira aquilo que diz respeito ao núcleo de Cozinhas Regionais, elas têm como base uma indústria que eu pessoalmente visitei, em Trancoso, onde trabalha, como já referi aqui, e gerida por uma pessoa de Mogadouro, e aquilo que eu pedi é que me fizessem, e que se pôs a concurso, um projecto para a realização de três unidades semi-industriais com carácter artesanal, a construir num pavilhão na Zona Industrial com vista a que a Câmara..., podê-las candidatar, e devo dizer que foi o projecto que melhor passou no PROVER e no QN, ele tem um financiamento de quinhentos e cinquenta mil euros no QN2 e tem um financiamento de duzentos e cinquenta mil euros no POCTEP, que é o ex INTERREG, e mais ainda, tem disponível na contratualização, caso venhamos a entender que é necessário, uma verba à volta de quinhentos mil euros, é um projecto financiado, é Municipal, e que terá como objectivo, de uma vez construído, de concessioná-lo, a pessoas, ou instituições devidamente capacitadas para levar por diante o funcionamento, para colocar a funcionar esse tipo de unidades. -----

-----Sobre o plano de desenvolvimento turístico do Vale do Douro, o Presidente já referiu, nós estamos, e não estamos, mas só queria referir o seguinte: é que se os outros Concelhos foram contemplados no plano de desenvolvimento turístico do Vale do Douro, nomeadamente com reabilitação urbana, eu quero-lhe dizer que Mogadouro não podia ir por aí, porque já tem aprovado cinco milhões e meio de FEDER através do QN, da contratualização; tínhamos dois projectos em candidaturas separadas, um era a ribeira do Juncal, outra a ribeira de São Martinho, a ribeira do Juncal era um investimento de um milhão e oitocentos mil euros, que uma vez aprovado ia roubar dinheiro ao Douro, àquilo que eles concretamente definem como Douro Turístico, e de maneira que aprovaram uma candidatura colectiva das quatro Câmaras, Mogadouro, Freixo, Moncorvo e Foz Côa, no âmbito da Associação de Municípios do Douro Superior, que foi a recuperação ambiental da ribeira de São Martinho, no montante de

quatrocentos mil euros, é um projecto interessante que implementaremos. --  
-----Em relação ao Engenheiro Amaro, no que diz respeito à segurança das estradas, e ao buraco que tem ao pé da sua casa, o Engenheiro Amaro já me tinha colocado o problema, o problema foi encaminhado, como deve ser, para a empresa que executou a obra, e em relação ao buraco que existe agora, só lembrar que se trata, creio eu, de uma sarjeta, que foi metido alcatrão, creio eu, há pouco tempo, esta semana, e que se trata de uma sarjeta que se torna necessário levantar, e que a empresa antes de entregar a obra irá levantar. No que diz respeito a Brunhosinho já conversámos sobre isso, até julguei que já estava resolvido, mas teremos que ir novamente à carga, caso ainda não o tenham indemnizado do prejuízo que teve na sua viatura”. -----

► **VICE-PRESIDENTE** usou da palavra e disse: “em relação àquilo que foi colocado pelo Senhor Deputado do [DS, Senhor Lima, acerca do Plano para 2010, fazer-lhe referência que o Plano, é um Plano anual, e para 2010, ainda nem a meio do ano estamos, no final do ano terá a oportunidade de fazer o balanço daquilo que foi feito em termos sociais, com tranquilidade, porque o mandato é de quatro anos, o Plano deste ano e o Orçamento, é para um ano inteiro, não é até Junho, é até Dezembro, teremos oportunidade a seu tempo de ver e de poder aqui discutir todo este tipo de opções, no entanto dizer-lhe que a Tele-Assistência já tem mais de 50 pessoas a utilizar esse serviço, e as pessoas que estão a utilizá-la são todas indicadas por instituições particulares de solidariedade social, e que entendem que são pessoas necessitadas que vivem sozinhas, baixos rendimentos, e que necessitam desse apoio da Câmara. -----

-----Em relação àquilo que foi aqui apresentado pelo Deputado Municipal Aníbal Moreno sobre o aeródromo, e sobre as questões que têm vindo a ser levantadas também sobre o aeródromo, e sobre aquilo que saiu na comunicação social, a nós custa-nos muito ter que comentar publicidade, eu não sei se reparou que o que saiu no jornal em duas páginas, no cimo da página dizia assim: publicidade, era o que dizia no cimo da página, mas convém ver, porque a gente tem que saber se é um artigo de opinião, se é um artigo que é feito, tipo de desenvolvimento jornalístico, ou se é um artigo pago para sair, e no cimo da página diz: publicidade, e eu não me sinto muito à-vontade para na Assembleia Municipal discutir publicidade, teria que vir discutir se as calorias da Coca-Cola são aquelas que correspondem, e tal..., publicidade, é publicidade, mas não deixo de referir em relação a isso, e não a essa publicidade, que não a comento, não deixo de referir em relação a isso o seguinte: foi solicitada uma só vez, eu volto a repetir, uma só vez, até hoje, por esses Senhores, autorização para voar, num período onde o INAC, solicitou à Câmara Municipal que encerra-se o tráfego aéreo do aeródromo, porque existiam actividades de parapente, em Moncorvo, e outras actividades em Mirandela, e que por segurança, por

prudência, nesse período, o aeródromo devia estar encerrado, o INAC através da sua Chefe de Divisão, Doutora Conceição Amaral fez essa solicitação a Mogadouro, e Mogadouro não tinha outra coisa, senão respeitar, aceitar, a solicitação que a entidade que gere a segurança aeronáutica nos pediu, e nós dissemos a esses Senhores, temos muito gosto em tê-los cá, mas neste período não podemos ter, porque o INAC nos pediu para encerrar o espaço aéreo nessa altura, já agora outra coisa, nessa altura também, e a propósito de se dizer que se está a perder em termos de Turismo e tudo o mais, que eu acredito, mas nessa altura também esses Senhores pediram para ficar dormir na escola, no Azinhoso, não sei qual é o Turismo que nós estamos a perder, mas nessa altura, e o pedido está onde se pode ver, solicitavam para ficar a dormir na escola do Azinhoso, que eu saiba a escola do Azinhoso, ainda não dá actividade comercial para que os comerciantes possam perder alguma coisa. Depois disso queixaram-se para o Tribunal de Mirandela sobre essa questão, o Tribunal de Mirandela não lhes deu razão, e anulou o pedido, disse que a Câmara tinha razão, recorreram ao Tribunal da relação do Porto, e o Tribunal da relação do Porto confirmou a decisão do Tribunal de Mirandela, dizendo que a Câmara Municipal de Mogadouro tinha razão. Queixaram-se ainda ao INAC para que levantasse um processo ao Director do aeródromo, queixaram-se ao Provedor de Justiça, queixaram-se ao Turismo de Portugal, para ver se conseguiam anular o financiamento que o turismo deu para construirmos o aeródromo, queixaram-se à inspecção-geral das Autarquias Locais, nós responderemos quando todas estas entidades nos derem a resposta dos inquéritos, acho que é a única, e a forma mais correcta de respeitar as instituições, é dar a resposta, o resultado dos inquéritos a que se queixaram e que as instituições o dirão, e sobre isso acho que não temos mais nada a dizer, aguardaremos, e a seu tempo, quando as tivermos, os Senhores são os primeiros a saber do resultado desses inquéritos a que todos estes organismos solicitaram, só isso”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse: “é só um pedido de esclarecimento de uma pergunta que fiz, uma parte que não foi respondida, que eu perguntei quem é que administra o aeródromo, (*ouviram-se vozes*) é a Câmara? Pronto, era isso”. -----

► **DOMINGOS AMARO** usou da palavra e disse: “não era minha intenção voltar a intervir, mas falou-se aqui numa obra que tem um atraso de pelo menos dezasseis anos, que é o Matadouro do Planalto, e queria falar sobre isso para que não haja mais atrasos, digo dezasseis anos, porque ainda não era o Governo do Engenheiro António Guterres, e eu fui mandado a uma reunião pelo Senhor Director Regional, uma reunião dos autarcas do Planalto com um Senhor Secretário de Estado, que agora não me lembro do nome, só me lembro da alcunha, (*ouviram-se vozes*) um Secretário de Estado do Governo do Professor Cavaco Silva, a alcunha era do Ministério da Agricultura, mas não vou dizer, (*Risos*) fui a essa reunião porque era

urgente fazer um Matadouro no Planalto Mirandês, dentro da área de produção da carne Mirandesa, porque como sabem..., esta obra é mesmo muito importante, porque se os europeus quiserem acabar com as certificações que nós temos aqui, acabam, porque está nas normas de certificação que a carne tem que ser abatida dentro da área de produção, e a carne está a ser abatida no Cachão, desmanchada na Póvoa de Varzim, e etc., por isso esse Matadouro é urgente, e nessa altura na reunião em Miranda do Douro, os Presidentes de Câmara achavam que o Matadouro devia ficar..., e nessa altura havia dinheiro para fazer o Matadouro, porque era urgente por causa da certificação da Mirandesa, o radicalismo dos três, principalmente do de Vimioso foi fundamental para o Secretário de Estado esfregar as mãos, entendam-se, e depois quando tiverem alguma solução, digam-me, que eu volto cá, e por isso é importante, esta obra é mesmo muito importante para o Planalto Mirandês até por a qualidade das carnes, porque elas têm que viajar para trás e para a frente, e também por isso mesmo, é que nós temos aqui já duas ou três (?) turísticas protegidas de carne, e têm que ser abatidas dentro da área de produção, e por isso Senhor Presidente, não faça finca-pé, seja em Sendim, seja em Zava, seja em Paradela, o que interessa é que se faça no Planalto, não faça finca-pé, avancem é com o Matadouro rapidamente, porque é mesmo importante para a nossa região termos esse Matadouro. -----

-----E agora permita-me só que eu responda ainda ao Vereador Pimentel, porque eu não disse que as obras têm que ser feitas todas ao mesmo tempo, aquilo pode durar dois ou três meses, agora tem é que sinalizar os locais onde há perigos, nem que seja com um meco desses cor de laranja e branco, que há por aí, (*ouviram-se vozes e risos*) não o disse intencionalmente”. -----

► **JOSÉ LIMA** usou da palavra e disse: “Senhor Presidente da Câmara, disse que estas medidas eram para quatro anos, e chamo a atenção que nas grandes opções do Plano, diz que é de 1 de Janeiro de 2010, até 31 de Dezembro de 2010, vem o Senhor Vereador João Henriques apagar a gaff que o Senhor Presidente disse, apagar o fogo, mas isto é verdade; V. Exa. não respondeu à minha última questão acerca da viatura, tipo loja do cidadão. Por último parece-me que passados cinco meses sem terem entrado em execução as medidas anunciadas, julgo que é tempo demais, é que estamos no meio do ano, e nada. No entanto aguardamos as medidas, é que o inverno não tarda”. -----

► **LUIS TIBÉRIO** usou da palavra e disse: “serei breve, porque isto não é um jogo de pingue-pongue, só para referir apenas três aspectos que me surgiram depois das intervenções da Câmara, de facto sobre protocolos cada um tem o entendimento que tem, é um facto, e o meu entendimento, é de que os protocolos não devem ser feitos à medida da obra, mas devem ser feitos com base em Planos anuais, ou Plurianuais de Actividades, para cada

uma das Freguesias, porque é assim que deve ser feito, digo eu, é assim que eu sendo Presidente da Junta, ou se fosse Presidente de Junta, gostaria de assinar o protocolo com o Município, com base nas ideias que eu teria para a minha aldeia durante o ano, ou durante os quatro anos de mandato, isso é que era ser coerente, e era por isso que eu gostaria de responder, depois no final dos quatro anos, o protocolo acho que devia ser isso, e não outra coisa. -----

-----Sobre o Matadouro e sobre a sua localização, eu costumo dizer que não olho para o meu umbigo, não sou de olhar para o umbigo, tanto me faz, e neste aspecto, isto é um projecto regional, não é um projecto local, nem Municipal, é regional, faça-se onde se fizer, mas faça-se, estamos à espera que ele se faça, e que não andemos constantemente a ver isto na imprensa, e a enganar as pessoas, porque isso é que é publicidade, de facto, a uma coisa que nem sequer existe, nem sabemos se..., se vai fazer, portanto faça-se rapidamente, o mais rápido possível. -----

-----Sobre a empresa Voadouro, eu não vim aqui falar de publicidade Doutor João Henriques, eu vim aqui falar de questões colocadas pela Vereação do meu partido, ao Executivo, e sobre as quais, não houve resposta, eu nem sequer li o artigo a que se refere, não sei do que está a falar, não faço a mínima ideia, eu costumo ler até bastante a imprensa, mas sobre esse aspecto, não faço a mínima ideia do que é que se trata, não sei se é publicidade, não sei do que é que falou, estou às cegas sobre aquilo que disse, sobre publicidade, não faço a mínima ideia, eu não falei sobre publicidade, eu falei sobre questões colocadas ao Executivo, e o Executivo nada respondeu, não sei se a Vereação do P§ já tem as tais respostas por escrito, que lhe foram prometidas, e aqui não foram dadas explicações que lhe foram pedidas na reunião do Executivo, tão só como isso, e isto não é publicidade”. -----

► **ANTÓNIA MOURA** usou da palavra e disse: “a propósito do aeródromo, ou da escola de voo à vela, eu já tinha trazido aqui o assunto, há muito tempo, e agora volto a deixar a pergunta, sendo esta Assembleia, ou a Assembleia o órgão máximo do Concelho, nunca a Câmara, o Executivo Camarário, trouxe a esta Assembleia, contas dessa escola (*ouviram-se vozes*) dessa organização, fechou a escola, parece que muito à pressa porque naquela escola, ou naquelas instalações iria ser feita uma escolinha de voo à vela, que seria a única no país, portanto uma coisa muito boa, iria trazer muitos dividendos para o Concelho, até hoje não vi nada, nem sequer as contas, aqui algum dia foram apresentadas, e esta Assembleia tem todo o direito de saber, quanto se gasta com a pilotagem, quais são as despesas, e quais são as receitas, o dinheiro é dos Municípes, temos todo o direito em saber como é utilizado, sei que foram financiados cursos a pessoas que podiam pagá-los, eu disse aqui que devia ser financiado sim, a jovens, a viver de uma fraca mensalidade dos pais, e que

sempre foi o sonho deles poderem voar, poderem pilotar, aí eu concordo, agora para quem podia pagar, nunca concordei. E solicito esse esclarecimento”. -----

► **VICE-PRESIDENTE** usou da palavra e disse: “em relação ao que foi apresentado, e que foi dito aqui pela Senhora Deputada Antónia Moura Cardoso, só dizer que aprova, a Senhora Deputada aprova, e tem conhecimento das contas, elas fazem parte do Relatório de Contas que vem aqui à Câmara todos os anos, e que já em Abril a Senhora Deputada Antónia as aprovou, ou se absteve em relação às contas (*ouviram-se vozes*) sim, mas é assim, tal e qual como as contas da Biblioteca, de quanto custa, do Complexo Desportivo, da Casa da Artes, e tudo o mais, da mesma forma, também dessas tem conhecimento delas, e as aprova, ou não aprova, vota contra, ou a favor, ou se abstém, mas não pode dizer, é que não tem conhecimento delas, porque é uma Actividade Municipal, e como tal está no Relatório de Contas, tudo lá explicado, e tudo dito como é”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse: “chegou uma proposta à Mesa que eu passo a ler: «Devido às circunstâncias que o País está a atravessar, e em que nos é pedido todos os dias sacrifícios, e devido ao facto de alguns Deputados Municipais e Presidentes de Junta, serem trabalhadores por conta própria ou outrem, vimos propor que as sessões da Assembleia Municipal, sejam alteradas para o período da noite, a partir das 20.00 horas, e às sextas-feiras» -----

-----Os Subscritores José Francisco Bento Sanches Branco. -----

-----Se quiser apresentar a proposta, de qualquer das formas vou pô-la à consideração, se alguém deseja intervir sobre esta proposta, (*ouviram-se vozes*) mas há mais interessados? Como Subscritor vai ser o primeiro”. ----

► **JOSÉ BRANCO** usou da palavra e disse: “esta proposta que eu trago aqui hoje, subscrita por alguns elementos desta Assembleia, é o seguinte: eu trabalhei durante quinze anos numa empresa que para vir à Assembleia Municipal, eu era prejudicado pelos dias que faltava, a empresa em si pedia o meu dia à Assembleia Municipal, e acho que já há muitos Municípios que começam a fazer as Assembleias Municipais, pós laboral, e nós temos aqui muitas pessoas que são empregados doutras empresas, trabalhadores por conta própria, e que estão a perder um dia de trabalho, para vir às Assembleias Municipais, agora, acho que todas as pessoas que estão aqui e que são empregados de alguém, se essas empresas começarem a pedir à Assembleia Municipal o seu dia, vamos ver qual é o gasto que esta Assembleia começa a ter, acho que era tempo de pensarmos um bocadinho, e se temos sacrifícios, é um sacrifício que estamos a pedir ao pessoal da Assembleia, que há muitas pessoas que deixam o seu trabalho hoje para virem para aqui, porque é que não pode ser pós-laboral”. -----

► **OSVALDO URZE** usou da palavra e disse: “antes de analisar, e discutir esta proposta, eu perguntava ao Senhor Presidente da Assembleia da

legalidade da mesma, uma vez que é competência própria dele, Presidente da Assembleia, convocar reunião, marcar o dia, e marcar a hora, eu perguntava da legalidade desta proposta antes de analisá-la e discuti-la”. ---

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “de facto eu entendi essa proposta mais como proposta de recomendação à Mesa, por quanto a Assembleia neste momento não tem poderes para apresentar este tipo de proposta. Porquê? Porque o Regimento é claro, a convocatória das Assembleias ordinárias é da competência do Presidente da Assembleia, ouvida a Mesa, a convocatória para Assembleias extraordinárias é da competência do Presidente da Assembleia, do Presidente da Câmara, de um terço dos membros aqui representados na Assembleia, e depois de umas x centenas de Municípios do Concelho. Se eu entendo esta proposta como uma proposta de recomendação, não vejo qualquer tipo de inconveniente que ela avance, porque a Mesa depois irá decidir, não vai decidir hoje porque..., até por uma questão de aplicar as regras democráticas em vigência nesta Assembleia, deve ouvir a conferência de líderes, a conferência de líderes deve-se entender com as outras forças partidárias, e depois arranjar uma situação de consenso, e aí sim, depois trazer para aqui a resolução da Mesa. Neste momento assim muito rapidamente, é o que me apraz informar, salvo outras informações legais, que sejam superiores a esta minha informação”. -----

► **OSVALDO URZE** usou da palavra e disse: “assim sendo, e considerando que esta proposta é uma proposta de recomendação, eu punha a seguir a seguinte questão, a proposta foi feita, considerando os meios financeiros difíceis que o País atravessa, provavelmente, se forem feitas à noite, começarão à 21.00 horas e irão até à hora que o Senhor Presidente da Assembleia entender que devem ir, mas nunca se calhar para lá da 01.00 hora da manhã, nos dias..., em quase todas as sessões, dificilmente se acabará a essa hora. O que é que isto acarreta? Acarreta uma reunião no dia seguinte, com nova senha de presença, isto dos meios financeiros julgo que não é a questão. Como disse o Senhor Presidente devia ser concertada em reunião de líderes, que todos estivessem de acordo, e trazer numa próxima sessão, trazer isto com o maior apoio possível de toda a Assembleia. É aquilo que eu entendo”. -----

► **MIGUEL RITO** usou da palavra e disse: “em relação a este assunto tocame um bocado. Eu e a minha colega, a Dona Zita, porque somos poucos neste momento funcionários das Finanças, e chegámos a um entendimento, numa reunião, vem ela, e noutra reunião, venho eu, e não me choca nada que as reuniões possam ser feitas à noite, mas há que ser negociado, há que ser falado, como muito bem disse o Senhor Presidente, porque não podemos estar a começar uma reunião às 20.00, ou às 21.00 horas da noite, e toca a acelerar a reunião, não dá tempo para falar, porque vai a ser meia-noite, temos que ir embora, desde que isso tudo seja salvaguardado, se há

assuntos para falar, e que têm que ser falados, têm que ser discutidos, sem problemas de horário, aí levanta-se a tal questão que diz o Senhor Osvaldo, de facto muitas delas, provavelmente à meia-noite não acabarão, e aí é preciso ver de facto o que diz a Lei, e isso é uma negociação para a qual com certeza o P<sup>S</sup> está disponível”. -----

► **LUIS TIBÉRIO** usou da palavra e disse: “sobre este assunto, eu só quero reforçar aquilo que disse o Deputado Osvaldo, ele tirou-me as palavras da boca, de facto, porque é assim, nós (**fim da gravação na presente faixa da banda magnética**) ... fundamentação da proposta, esbarra logo num aspecto, são mencionados sacrifícios financeiros de tempo de crise, pergunto: estão dispostos a abdicar da senha de presença, pelo facto da Assembleia mudar para a noite? Porque é disso que se trata, não é de outra coisa, porque o resto traz mais despesa, porque se ficarmos para o dia seguinte, como bem disse o Osvaldo, só traz mais despesa, portanto, 1º aspecto: estão dispostos a abdicar da senha de presença, se trocarmos o horário da Assembleia para horário pós-laboral? E depois está a questão da própria legalidade da medida, portanto não brinquemos com coisas sérias, vamos tomar decisões com pés e cabeça, ponderadas, e não assim à toa, para depois voltarmos a andar para traz, vamos ter calma e depois veremos. E ainda posso perguntar: Mas que dia? Em qualquer dia da semana? (*ouviram-se vozes*) Não me importa que seja à hora da missa, já vos digo. Eu também trabalho no dia seguinte, e não é pelo facto de viver fora, que sou membro da Assembleia com menor direito, sou membro da Assembleia com tanto direito como os outros, mesmo vivendo fora, se vier aqui à noite, e se a Assembleia se prolongar até às três da manhã, como pode acontecer, ela começa à noite, pode prolongar-se de madrugada, como muitas que começam de manhã e se prolongam pela tarde, saímos daqui às três da manhã, vou para o meu local de trabalho, chego lá..., como é que eu faço? Vou dormir, não é?” -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “eu de facto fiz um gesto que o Senhor Secretário da Mesa entendeu como inscrição, mas aceito, o meu gesto foi de congratulação com a intervenção dele, de qualquer dos casos aproveito, para aqui me congratular com a intervenção do Senhor Deputado Osvaldo, como com as subsequentes intervenções, sobretudo a do Senhor Deputado Tibério, eu só queria dizer que afinal parece que estamos mais ou menos de acordo quanto ao assunto, infelizmente para mim, qualquer dia, ou qualquer noite estão certos, portanto é-me indiferente, qualquer que seja, e portanto submeter-me-ei à vontade, neste caso, penso que, do Presidente da Mesa e da Mesa, porque acho que a Assembleia, neste caso não tem competência para tal, não entendi muito bem a metodologia que o Senhor Presidente estava a querer implementar, fazer aqui uma votação, e subsequentemente tratar com os Grupos Parlamentares do assunto, acho um desperdício de tempo, eu sugeriria que

o Senhor Presidente dentro das suas competências reunisse com os Grupos Parlamentares, e esta questão fosse submetida a parecer meramente consultivo, ou opinativo, desta Assembleia, em fase superior, e não hoje, porque senão o Senhor ficaria vinculado a qualquer decisão que aqui se tomasse e estaria um bocado apeado para negociar com Grupos Parlamentares. É só a minha sugestão”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “eu acho que traduzindo um pouco aquilo que o Senhor Deputado acabou de dizer, eu disse exactamente isso, a Mesa recebe uma proposta, aceitou a proposta, e naturalmente como aceitou a proposta vai colocá-la a votação, todavia a Mesa já conversou, e entendeu que esta proposta fosse uma proposta de recomendação à Mesa, conferindo à própria Mesa, poderes para poder dialogar com as outras forças partidárias, e chegarmos a uma atitude de consenso. Pergunto ao subscritor da proposta, se concorda que ela seja como de recomendação? Porque doutra forma não tem âmbito legal. (*ouviram-se vozes*) Presumimos, que esta..., e é uma das competências da Assembleia, ou de qualquer membro da Assembleia, apresentar propostas à Mesa, a Mesa em situação de dúvida recorre para a Assembleia, não é este o caso, e assim sendo, entendemos esta proposta como recomendação, numa perspectiva de a posteriori a virmos consolidar. Vou colocar a proposta, que é única, à Assembleia, eu volto a ler: «Devido às circunstâncias que o País está a atravessar, e em que nos é pedido todos os dias sacrifícios, e devido ao facto de alguns Deputados Municipais e Presidentes de Junta, serem trabalhadores por conta própria ou outrem, vimos propor que as sessões da Assembleia Municipal, sejam alteradas para o período da noite, a partir das 20.00 horas, e às sextas-feiras» -----  
-----Quem vota conta a proposta... (*ouviram-se vozes*) desculpe, o Senhor se queria usar da palavra, pedia, e usava da palavra, vamos lá ver se não quebramos a metodologia aqui dos trabalhos da Mesa, a Mesa recebe uma proposta, pediu ao promotor da proposta que a proposta fosse transformada em proposta/recomendação, e é essa proposta que eu vou colocar à votação, por uma questão de dar também, poderes a esta Mesa para poder trabalhar no assunto, é isto que eu entendo. Estamos de acordo? Então eu vou pôr à votação. Quem vota ... (*ouviram-se vozes*) já é a segunda vez que me interrompem, porquê? Quer fazer ...(*o Deputado Luis Mouro interrompeu e disse: Senhor Presidente desculpe, faz favor de ler outra vez a proposta*) «Devido às circunstâncias que o País está a atravessar, e em que nos é pedido todos os dias sacrifícios, e devido ao facto de alguns Deputados Municipais e Presidentes de Junta, serem trabalhadores por conta própria ou outrem, vimos propor ...» (*Senhor Luis Mouro interrompe novamente e diz: chega, não é propor, é recomendar, é emendar isso, e depois é que pode votar, é não propor, é recomendar, é só isso*). Eu disse ao promotor da proposta, proposta de recomendação, acabou, o grande

problema é que não estamos com atenção. (O Deputado Ilídio Martins interrompeu e disse: Senhor Presidente, todos concluímos que está nos seus poderes, que está na sua mão, a resolução do problema, sem mais, fica-lhe muito bem esse gesto democrático de querer consultar a Assembleia, eu considero o documento um bocadinho dúbio na medida em que..., O Presidente da Assembleia disse: não é para retirar, pois não? (ouviram-se vozes) se não é para retirar... eu considero o documento um bocadinho dúbio, e mais, capaz (?), fica um bocado condicionado nas suas negociações com os Grupos Parlamentares, no entanto, o Senhor Presidente fez a pergunta ao proponente da proposta: é para continuar? Também lhe podia ter feito a pergunta: entendem que pode ser retirada nesta Assembleia, e proposta numa posterior depois de conversações?) O Senhor Presidente da Assembleia disse: ainda perguntei agora enquanto o Senhor estava a falar. (O Senhor Ilídio Martins disse: Perguntou? Peço desculpa Senhor Presidente, e a resposta foi? O Senhor Presidente disse: é para continuar. E então da intervenção do Senhor Deputado Luis Mouro substituiu-se a palavra propor, por recomendar, que verbalmente tinha sido dito, obriga-me a ler novamente, e é a última vez que eu vou ler a proposta, e agora já leio proposta de recomendação: «Devido às circunstâncias que o País está a atravessar, e em que nos é pedido todos os dias sacrifícios, e devido ao facto de alguns Deputados Municipais e Presidentes de Junta, serem trabalhadores por conta própria ou outrem, vimos recomendar que as sessões da Assembleia Municipal, sejam alteradas para o período da noite, a partir das 20.00 horas, e às sextas-feiras» a Mesa toma como certa esta recomendação, e por uma questão de lhe dar mais legalidade vai colocá-la à votação. -----

-----Quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila, sétima fila, e oitava fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila, sétima fila, e oitava fila. Quem vota a favor faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila, sétima fila, e oitava fila. -----  
-----Votaram contra esta proposta onze (11), abstiveram-se doze (12), e vinte e oito (28) votaram a favor. Esta proposta de recomendação foi aprovada por maioria". -----

► **ALTINO ALEIXO** usou da palavra e disse: “ com certeza nem toda a gente, mas alguns recordam-se de uma das reuniões extraordinárias que houve no anterior mandato sobre o problema da saúde, sobre o fecho, não fecho dos SAP`s das SUB`s e coisa parecida, que foi na Casa da Cultura, acontece que eu tive uma intervenção, e que com os argumentos desta recomendação eu propus oralmente que não fosse aceite a senha de presença daquela reunião visto que para mim, na minha opinião..., a resposta que eu ouvi da maioria dos Deputados foi que eu entregasse a

minha e soltaram-me os cães quase, agora não pode ser, por amor de Deus”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “Senhor Deputado Municipal as declarações de voto têm que ser porque é que não votei, mais nada, não é preciso estar agora aí a fazer nenhuma introdução. Assim sendo a Assembleia vai estudar e analisar o conteúdo da proposta, e depois a seu tempo informará esta Assembleia da decisão que tiver de levar a efeito. -----

-----Vamos entrar no período da ordem do dia: -----

-----2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

-----2. 1 *Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro;* -----

► **LUIS TIBÉRIO** usou da palavra e disse: “está tudo escrito, a informação financeira, é o que é, está lá, mas eu tive algum tempo, e fiz algumas contas, escrevi mais um bocadinho, ou seja, as coisas estáticas são o que são, são estáticas, e eu gosto de olhar para as coisas com algum dinamismo, com alguma evolução, e dei-me ao trabalho de olhar para a informação que nos foi dada na Assembleia anterior, e fiz uma brincadeira, e cheguei às seguintes conclusões: o que é que aconteceu neste período? Porque é essa informação que nos deve ser dada também pelo Município, ou seja a actividade dinâmica do Executivo, e não apenas a actividade estática. O que aconteceu? Aconteceu que a Câmara fez pagamentos, e fez recebimentos, fez pagamentos a fornecedores no valor de € 181.000 mais ou menos, fez pagamentos a empreiteiros no valor de € 212.000, pagou leasings no valor de € 2.500, apresentam também uma redução de encargos para o presente ano de cerca de € 28.500, ora para estes pagamentos o dinheiro tem que vir de algum lado, e é sobre essa informação que por vezes as coisas não... não nos é dito donde é que vem o dinheiro, algum dinheiro vem de empréstimos, está aqui, os empréstimos em dívida aumentaram € 40.000, é o que está cá, foi o que eu li, foi o que eu vi, mas feitas depois estas contas de recebimentos e pagamentos (?) como diz o povo, a treta não bate, com a careta”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “sabe que isto em termos de contas tem que ser exacto, e até exacto em cêntimos, e eu vou-lhe dizer o que é que se passa, é que a fornecedores na última reunião estava cerca de € 772.000, estavam registados € 772.000, verifique lá porque isto mais cem, menos cem, eu tenho isso de cabeça, a empreiteiros mais ou menos € 760.000, nos leasings creio que é a mesma coisa, empréstimos em dívida creio que é a mesma coisa, com a excepção da dedução de um mês, porque isto tem aqui um trabalho de dívida de € 552.000, que provavelmente era mais na reunião anterior, na medida em

que os pagamentos são mensais, aqui está isso, não está mais nada, orçamental, creio que na anterior estavam € 27.000, agora estão € 270.000, operações de tesouraria, não me debrucei sobre isso, fundos comunitários a receber 0, ainda não recebemos nada, apesar dos ofícios que temos feito ainda não recebemos nada. Agora, donde é que veio este dinheiro? No dia 15 vêm todos os FEF`s, por isso é que as contas têm vindo a diminuir”. ----

► **LUIS TIBÉRIO** usou da palavra e disse: “eu não fiz a leitura dos números da sessão anterior, e dos números desta, fiz apenas a evolução, mas digo-lhe os cêntimos, a fornecedores na Assembleia anterior € 772.509,87; na actual Assembleia, hoje, ou no dia 24 de Maio € 590.892,41; eu apenas disse: esta diferença resulta que pagou, se há uma diferença na rubrica a fornecedores, é porque fizeram pagamentos (*o Senhor Presidente da Assembleia disse: isso não é relevante Senhor Deputado*) depende do seu critério de relevante, ou não relevante, eu acho que as contas são relevantes, só para explicar que o Senhor Presidente da Câmara disse que eu não tinha referido os números correctos, eu posso ir até ao cêntimo, mais ou menos, dizendo, já agora, pegando nas suas palavras, o Senhor Presidente disse: *não recebemos nada dos fundos comunitários*, mas se há aqui uma variação de fundos comunitários a receber, se há uma variação negativa na rubrica fundos comunitários a receber, é porque recebeu fundos comunitários, ou não? Pergunto, a variação é negativa das contas anteriores para esta, é porque receberam, tal com na rubrica empréstimos, ela é positiva, é porque lhe atribuíram empréstimos”. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** usou da palavra e disse: “em relação ao assunto aqui trazido pelo Senhor Deputado Tibério, eu começaria por lhe dizer, ou por lhe perguntar se efectivamente foi alterada a forma de entregar a documentação, porque é sistemático vir aqui a queixar-se que não lhe é entregue a tempos a documentação, perante a intervenção que aqui fez, eu presumo que deve estar a ter um tipo de entrega, e alguma documentação privilegiada, por quanto com os dados que nos são fornecidos é absolutamente impossível verificar se houve alguma evolução, ou se as contas batem a cara com a careta, ou se deixam de bater, é absolutamente impossível, a não ser que o Senhor tenha passado o dia, ou os dias a recolher dados na contabilidade, a acompanhar ao cêntimo a evolução de todas as contas da Câmara, quer dizer, eu com os dados que me foram fornecidos, enviados no CD, é absolutamente impossível saber ao cêntimo, como aqui disse, a evolução das contas da Câmara. Explique como é que não bate a cara com a careta, com os dados que lhe foram fornecidos, a não ser como disse, que tenha tido informação privilegiada”. -----

► **LUIS TIBÉRIO** usou da palavra e disse: “a informação que tenho é a mesma que todos têm, eu limitei-me a comparar a informação recebida sobre este assunto, na sessão do dia 14 de Abril, com a informação recebida

no dia 24 de Abril, e ver a evolução das rubricas, mais nada, vi a evolução, muito simples”. (*O Presidente do Grupo Parlamentar do PS interrompeu para fazer um ponto de ordem à Mesa e disse: é no fundo chamar a atenção do Senhor Presidente, que o Senhor Presidente não tem o direito de interromper o Deputado Tibério na altura que estava a falar, e dizer se aquilo é relevante, ou não é relevante, ele estava a questionar números, e a questão da relevância não se põe neste caso, e quem acha se é relevante, ou não, é o Deputado em causa, o Senhor Presidente acho que teve uma atitude infeliz neste caso, e que de futuro se limite a dirigir os trabalhos, que é essa a sua competência, e que o faça conforme o Regimento desta Assembleia*). -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “antes de dar a palavra ao Senhor Vereador Pimentel, dizer apenas que o Presidente da Mesa não fez nenhuma intervenção, apenas disse aqui para a Mesa, e o Senhor ouviu daí, que no âmbito de tantos milhões, discutir cêntimos que era irrelevante, discutir cêntimos, não foi por em causa a discussão do Senhor Deputado (*ouviram-se vozes*) todavia a Mesa não se reserva, nem se limita de fazer as intervenções que quiser fazer, tem os direitos próprios consignados no Regimento”. -----

► **ANTÓNIO PIMENTEL** usou da palavra e disse: “queria dizer que o Doutor Tibério, Doutor, não é? Tem toda a razão em comentar o investimento, e a situação financeira que é apresentada aqui ... (*ouviram-se vozes*) Luis Tibério, está bem, portanto mais uma vez Senhor Doutor, Senhor Deputado Tibério... (*Risos*) é as duas coisas, tem todo o direito de comentar a situação financeira que o Município aqui apresenta, agora não tem é o direito de distorcer aquilo que é apresentado aqui, e naturalmente não sendo eu um expert nesta matéria, enfim, mas tem aí na sua bancada uma pessoa que percebe disto, e creio que os números que aqui são apresentados foram perfeitamente perceptíveis para ele porque está dentro do assunto, agora o que o Senhor quis fazer foi distorcer a realidade que aqui era apresentada enquanto situação financeira do Município, porque sabe muito bem que isto não reflecte os pagamentos que foram feitos, porque naturalmente numa autarquia há sempre dinheiro, autos a entrar, autos a serem pagos, o que aqui reflecte é a situação actual à data que este documento foi emitido pela contabilidade, portanto sabe muito bem que pelo menos € 750.000, que a Câmara recebe de fundos, digamos do FEF, que a Câmara paga, se formos ver hoje, se fossemos reportar esta situação financeira à data de hoje, teria aqui em fundos comunitários por receber, em vez de € 409.000, porque se trata de fundos já aprovados e contratualizados, e obra feita, o valor seria maior, portanto aqui estes números reflectem, desde a última Assembleia, até à data que isto foi emitido o ponto da situação financeira da autarquia, e não os pagamentos que a Câmara fez”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “vamos entrar no ponto 2.2, como os pontos 2.2, 2.3 e 2.4, estão interligados vamos poder analisá-los e discuti-los conjuntamente e depois votá-los-emos em separado. -----

-----2.2 *Análise e deliberação sobre “2ª Revisão ao Orçamento Municipal da Receita para o Ano de 2010”*. -----

-----2.3 *Análise e deliberação sobre “1ª Revisão ao Orçamento Municipal da Despesa para o Ano de 2010”*.-----

-----2.4 *Análise e deliberação sobre “ 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos para o Ano de 2010”*.-----

-----Assim sendo, dou a palavra à Câmara para informar a Assembleia de cada um destes três pontos. -----

► **ANTÓNIO PIMENTEL** usou da palavra e disse: “esta revisão tem a ver apenas com duas, ou três situações, que eu passo a comentar, e dar nota, como é do conhecimento de todos vós, uns pela comunicação social, outros directamente pela instituição, tomaram conhecimento de que o projecto de reabilitação da zona histórica de Mogadouro, 1ª e 2ª fase, como já referi aqui as razões, conduziram a que o Tribunal de Contas não desse o visto ao processo, posto isto tivemos que equacionar o caminho a seguir, e entendeu este Executivo que o melhor seria, uma vez que temos cinco milhões e meio de euros aprovados, e que o empreiteiro, a melhor proposta para a Câmara tinha sido três milhões e oitocentos mil euros. Que melhor seria para ganhar tempo? Para eventualmente melhorar e tirar mais benefícios para a autarquia? Refazer os projectos, e dividi-los em duas empreitadas, nesse sentido havendo uma revisão, ela tinha que vir à Assembleia Municipal, e como a obra no Plano estava reabilitação da zona histórica, 1ª e 2ª fase, neste momento fez-se a revisão e aparece reabilitação da zona histórica, 1ª fase, e uma outra rubrica, reabilitação da zona histórica, 2ª fase, e portanto criámos duas obras diferenciadas, neste sentido foi alterado o projecto que será novamente aprovado em reunião de Câmara, ou os projectos, e depois desta aprovação, como creio, desta revisão, iremos ter duas empreitadas. Quais são as vantagens? As vantagens são: em vez de termos durante dois anos obras na Vila, iremos encurtar o prazo para um ano de execução, uma vez que são duas obras, são duas empreitadas, tendo também a ver com o prazo do contrato que havia com o [UNZ], nomeadamente em relação à 1ª fase, cujo prazo acabava em 31 de Dezembro de 2010, e naturalmente já não haveria tempo, donde partimos também para um pedido de prorrogação o [UNZ] para prorrogar a parte do financiamento da 1ª fase. Esta revisão para além da reabilitação da zona histórica tem também a ver com a inclusão de duas obras mais, que entendemos pertinentes, e como não tinham sido contempladas, e como temos algumas possibilidades a nível da contratualização da [CIM] termos alguns fundos, portanto estamos a preparar já para a próxima reunião de Câmara, nomeadamente a estrada

que vai de Sanhoane a Gregos, e temos em preparação também para avançar com o concurso da estrada de Castelo Branco ao Estevais, portanto foi para incluir mais estas duas, e criar duas obras para a zona histórica, que nos levou a propor a esta Assembleia que aprovasse esta revisão ao Plano, com as respectivas alterações que impõe”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse: “ eu vou fazer a intervenção referindo cada ponto conforme está na ordem de trabalhos, sobre a 2ª Revisão do Orçamento Municipal da Receita, nada a opor, nem praticamente a comentar, dado que se trata do saldo da gerência anterior, e portanto tem que ser orçado na receita prevista de 2010. Neste caso, tudo bem. -----

-----Sobre a 1ª Revisão ao Orçamento da Despesa, também nada a opor. --

-----Sobre a 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, e aí é que está o buslís da questão, já que, e segundo explicação que foi dada, isto no fundo prende-se essencialmente com a recuperação da zona histórica da sede do concelho, 1ª e 2ª fase, em que o Tribunal de Contas não deu o visto favorável à anterior adjudicação, convinha também saber, que esta Assembleia fosse informada, porque é que o Tribunal de Contas não deu parecer favorável, eu acho que aqui ninguém sabe ainda de concreto o porquê do parecer não ter sido favorável. A revisão que é feita não sei se não pecará novamente, e se o Tribunal de Contas não levantará novamente certas dúvidas sobre esta metodologia a seguir, eu penso que o que se pretende aqui será provavelmente fugir ..., não sei se será assim, mas depois me irão esclarecer, se está a querer fugir ao concurso internacional, não sei se estes valores chegam a isso, por outro lado o Tribunal de Contas pode entender que se dividiu a obra em duas, para fugir, no fundo, ou ao concurso internacional, ou para ter a possibilidade de determinadas empresas poderem concorrer, porque têm alvarás menores, que não chegavam para este concurso, no inicial, que segundo creio o problema que se terá passado foi uma questão de alvará, uma falta de cuidado na análise de um documento no anterior concurso, por isso tenho sérias dúvidas se esta divisão, o Tribunal de Contas não a virá a entender como, o fugir, ou não estar, portanto, sujeito a determinados alvarás (?) à obra em si, que no global era de um milhão, quinhentos e dez mil euros, por isso podemos estar a sair de uma, e estarmo-nos a meter noutra, mas vamos esperar, e com certeza a Câmara terá algumas explicações, e mais certezas sobre este assunto. -----

-----As outras obras que são incluídas pela primeira vez, nesta revisão, que é a estrada Sanhoane/Gregos e a pavimentação até ao limite do concelho de Castelo Branco/Estevais, me parece que estes valores, que não darão para nada, não sei se será só para ter rubrica aberta, mas era preferível, pelo menos davam outra ideia de obra a fazer, ao colocar, aos inscrevê-las no ano corrente com esta abertura, mas colocar também já em

anos seguintes a verba que de facto..., mas mesmo aqui neste..., colocá-la, portanto, a verba que se prevê vir a custar essa obra. A maior dúvida para mim nesta revisão será a divisão da obra em duas, e não sei se o Tribunal de Contas não levantará esse problema, mas de qualquer forma dêem as explicações, porque com certeza que têm, porque de facto se o projecto também é 1ª e 2ª fase, se foi assim aprovado provavelmente poderá passar, mas tenho dúvidas se o Tribunal de Contas não lhe irá pegar por isto”. -----

► **LUIS TIBÉRIO** usou da palavra e disse: “muito breve sobre o projecto de recuperação da zona histórica, que é o que está aqui de concreto em discussão, sobre este assunto o Senhor Vereador Pimentel pode dar as explicações que entender, serão aceites como boas, é ele que está por dentro do processo, conhece o dossier em concreto, por dentro e por fora, todavia devo dizer que, se o Tribunal de Contas se pronunciou da forma como se pronunciou fê-lo com base em procedimentos técnicos, há aqui logo responsabilidade técnica, não sei qual, desconheço, o meu amigo, Deputado Moreno, perguntou, certamente a Câmara fará referência a essas questões técnicas pelas quais o Tribunal de Contas rejeitou o processo. Todavia as responsabilidades técnicas devem ser assumidas pelos políticos, logo o que há aqui a assacar é responsabilidade política inerente ao caso, e essa é que nós nos devemos pronunciar aqui dentro também, quem de direito deve assumir as responsabilidades políticas por este processo, não sei se atrasa, se adianta, não faço a mínima ideia”. -----

► **ANTÓNIO PIMENTEL** usou da palavra e disse: “a questão que aqui acabam de colocar, das razões que conduziram ao não visto do Tribunal de Contas, se bem estão lembrados, eu tive oportunidade de a referir, já na última Assembleia Municipal, aqui, neste mesmo sítio, mais, elas foram, já perfeitamente, enfim, pelo menos quem lê comunicação social, tive oportunidade inclusivamente de as propalar através da comunicação social, e não tem nada de especial, e se lhe dá algum prazer, eu acho que até foi um lapso da minha parte na última Assembleia, porque eu gosto de assumir as responsabilidades que me cabem, e portanto fica aqui registado, a assumpção das responsabilidades políticas da minha parte. Mas para quem não se lembra, eu volto a referir o mesmo que referi na última Assembleia, todos vocês sabem que a legislação foi alterada, antigamente era o 59, agora é o Decreto-Lei nº18/2009, e o que acontece é que os aspectos processuais e tramitação dos processos vão sendo alteradas, com essas alterações conduziu a que os documentos que eram exigidos aos concorrentes das empreitadas eram entregues num envelope à parte quando era entregue a proposta, acontece que agora não é, agora entrega-se só a proposta, e os documentos são pedidos apenas para fazer o contrato, no final, depois da adjudicação, eu disse aqui que foi por lapso, mas agora fica a minha responsabilidade política associada também, os serviços, naturalmente uma empresa sabe que a Lei geral obriga a que tenha alvará

para a totalidade da obra, é da Lei geral, nem é..., embora neste processo os documentos sejam entregues só na altura do contrato, a Lei geral obriga o empreiteiro a que tenha alvará para a totalidade da obra, ora naturalmente, a pessoa, ao fazer o contrato, não esteve com aquela diligência de conferir documento a documento, e quero referir só aqui que a empresa que aqui criou este problema, fizemos uma busca na internet, e já é a segunda situação que cria, porque já tem uma outra noutra Câmara, que aconteceu justamente a mesma coisa, foi esta situação, e depois associada também a um outro pormenor, que houve uma prorrogação de prazo, creio que motivada por um pedido de esclarecimentos de erros e omissões, em que era necessário publicar essa prorrogação no Boletim das Comunidades Europeias, também não foi feito, perante esta situação contacta-mos o Tribunal de Contas e concluimos que em vez de procuramos adjudicar a empreitada ao segundo concorrente, que era uma das hipóteses, que ganharíamos tempo, e que seria mais rápido, e mais correcto fazer como estamos a fazer, fazer uma revisão, pusemos a situação de dividir em duas empreitadas, e ele sim senhor, desde que façam a revisão ao Plano, nós criámos duas obras novas, até porque os projectos vão ser novamente aprovados, porque aproveitámos já os erros e omissões apresentados pelos vários concorrentes, e fizemos reflectir já nos novos projectos. A situação, que eu agradeço ao Moreno a chamada de atenção não se coloca, porque nós antes da revisão colocámos a situação ao Tribunal de Contas, e estamos a fazê-lo de acordo com as recomendações do respectivo Tribunal de Contas”. -----

► **JOSÉ LIMA** usou da palavra e disse: “Senhor Presidente ficámos a saber que quem teve responsabilidade política sobre este assunto foi o Senhor Vereador Pimentel, este momento deve ficar registado como significativo, e o Município veio para os jornais com justificações políticas, as justificações políticas não chegam, há responsabilidade, e esses erros não podem ser esquecidos”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “eu acho que o Senhor está enganado, a responsabilidade disto é do Presidente da Câmara, não é de nenhum Vereador, e eu assumo as minhas responsabilidades, (ouviram-se vozes) é uma responsabilidade política de todos os Vereadores do PSD, não, desculpe lá, a responsabilidade de uma Câmara, e o Senhor devia saber isto, é sempre do máximo, é sempre do Presidente da Câmara, a responsabilidade é minha, e mais nada, eu assumo-a”. (*ouviram-se vozes, risos, e palmas*) -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “naturalmente que a responsabilidade é sempre do superior hierárquico, por uma questão de coerência o Senhor Vereador como desenvolveu todo o processo, assumiu, e muito bem que a responsabilidade seria dele, deles, Executivo, que o Senhor Presidente agora muito bem disse, é dele, porque

ele é o superior hierárquico máximo, e ele teria que assumir nos termos da Lei”. -----

► **LUIS TIBÉRIO** usou da palavra e disse: “dado que a Câmara foi tão humilde a assumir a sua responsabilidade política, nós queremos participar na solução da situação, abstemo-nos relativamente ao caso em análise”. *(ouviram-se vozes e risos)* -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “vamos colocar o ponto **2.2 *Análise e deliberação sobre “2ª Revisão ao Orçamento Municipal da Receita para o Ano de 2010”***” à votação. -----  
Quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila, sétima fila, e oitava fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila, sétima fila, e oitava fila. Quem vota a favor faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila, sétima fila, e oitava fila. Este ponto foi aprovado com zero (0) votos contra, onze (11) abstenções, sete (7) do PS, e quatro (4) do CDS, e quarenta (40) votos a favor, trinta e sete (37) do PSD, e três (3) do PS. -----

-----Vamos submeter à votação o ponto **2.3 *Análise e deliberação sobre “1ª Revisão ao Orçamento Municipal da Despesa para o Ano de 2010”***---  
Quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila, sétima fila, e oitava fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila, sétima fila, e oitava fila. Quem vota a favor faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila, sétima fila, e oitava fila. Este ponto foi aprovado com zero (0) votos contra, onze (11) abstenções, sete (7) do PS, e quatro (4) do CDS, e quarenta (40) votos a favor, trinta e sete (37) do PSD, e três (3) do PS. -----

-----Ponto **2.4 *Análise e deliberação sobre “ 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos para o Ano de 2010”*** -----  
Quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila, sétima fila, e oitava fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila, sétima fila, e oitava fila. Quem vota a favor faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila, sétima fila, e oitava fila. Este ponto foi aprovado com zero (0) votos contra, onze (11) abstenções, sete (7) do PS, e quatro (4) do CDS, e quarenta (40) votos a favor, trinta e sete (37) do PSD, e três (3) do PS. -----

-----Vamos entrar no ponto **2.5 *Análise e deliberação sobre “Encerramento do Centro Escolar de Castro Vicente”*** -----

► **VICE-PRESIDENTE** usou da palavra e disse: “este assunto trazemo-lo aqui para que a Assembleia se pronuncie, porque em seu tempo a Junta de Freguesia de Castro Vicente alertada com as questões que têm vindo na comunicação social sobre encerramento de escolas, fez um ofício à DREN, a solicitar à DREN, que não encerra-se o pólo escolar de Castro Vicente, nomeadamente este ano, e concretamente este ano lectivo que vai começar em Setembro, já que, está em construção o novo centro escolar, e que se prevê estar pronto, não no próximo ano lectivo, mas no outro seguinte, e aquilo que a Junta de Freguesia fez, foi apresentar à DREN essa solicitação de adiamento de encerramento das escolas, considerando este pressuposto, sabendo que neste momento as condições físicas da escola em Mogadouro não são melhores do que as condições físicas da escola em Castro Vicente, considerando isso, considerando que está o pólo em construção, solicitava à DREN este adiamento, tivemos conhecimento através do senhor Presidente da Junta, e não através da DREN da resposta que lhe foi enviada, dizendo que não aceitavam o seu pedido e que a escola encerraria este ano lectivo, que vai começar 2010/2011. Na reunião do Conselho Municipal de Educação a Câmara propôs subscrever a petição, os argumentos do Senhor Presidente da Junta de Castro Vicente votando uma recomendação, uma solicitação, um pedido à DREN no mesmo sentido, que não encerre a escola de Castro Vicente no próximo ano lectivo, dando oportunidade a que se termine o centro escolar, e depois nessa altura avaliar-se-á o número de alunos que tem a escola de Castro Vicente e tomar-se-á, ou tomar-se-ia a decisão do seu encerramento, ou não, nessa altura; o Conselho Municipal de Educação aprovou por larga maioria esta proposta com um único voto contra que é o do representante da DREN, no Conselho Municipal de educação, esta proposta foi aprovada em Conselho Municipal de Educação, foi apresentada à Câmara Municipal, e a Câmara Municipal por unanimidade aprovou também o teor desta proposta, e seguindo os trâmites normais trazemo-la à Assembleia Municipal, para que também se possa pronuncia, para que tenha uma palavra sobre esta questão, os Senhores dirão e deste resultado daremos conhecimento à DREN, sabendo nós, obviamente, que não nos compete a nós encerrar, ou abrir escolas, mas compete-nos pronunciar, que é aquilo que iremos fazer, no próximo dia 8 o Director Regional de Educação do Norte estará em Mogadouro, e daquilo que aqui se passar lhe daremos conhecimento”. -----

► **ANTÓNIA MOURA** usou da palavra e disse: “a propósito deste assunto, é só para dizer que estou inteiramente de acordo, e que me satisfaz muito a atitude democrática que agora foi tomada, e lamento que não tivesse sido tomada há três anos, quando foi do encerramento das escolas, aí optaram por fazer, passo a expressão, um casamento, como agora o Passos Coelho e o Engenheiro Sócrates (*ouviram-se vozes e risos*), na última reunião pessoas que saíram da reunião, pegaram no telemóvel e ligaram para a DREN

a dizer: a reunião foi ótima, em Mogadouro ultrapassamos a expectativa, era para ficarem cinco, e aceitaram três, esta foi a expressão de quem saiu da reunião. Lutem porque o nosso Concelho não tem a realidade geográfica dos outros, é o Concelho maior do Distrito, as nossas crianças chegam à escola com uma hora de transporte de manhã, e uma hora de transporte à tarde, e chegam a casa de noite, no inverno, de manhã abrem a boca, bocejam com o sono, à tarde deixam-se dormir na sala com sono. Se as escolas vão encerrar para bem dos meninos, porque não foi, não é, o insucesso existe, não está cá fora, mas existe, lamento não estar aqui o Presidente da escola, também não tenho culpa que falta-se, mas o insucesso existe, a socialização das crianças não é melhor, deixaram encerrar as escolas sem condições para as receber, houve aqui crianças a receber aulas em halls de entrada, que depois se dividiram com um armário, a seguir com uma tábua pan, como são testemunhas, sem a mínima condição para ministrar qualquer ensino que fosse, portanto tenham em atenção”. -----

► **LUIS TIBÉRIO** usou da palavra e disse: “lamentavelmente o encerramento da escola de Castro Vicente, vai ser uma realidade, lamentavelmente, eu estou com o povo de Castro Vicente, como estava com o povo de Bruçó, como de Castelo Branco, etc., esta é que é a realidade. Agora, deixem-me dizer o seguinte: todos os pedidos que têm sido feitos para o não encerramento têm batido numa tecla, na tecla das instalações, para mim as instalações existentes lá, e cá, não é o único argumento relevante, há outros argumentos também relevantes, é relevante a distância a percorrer, é relevante a penosidade do caminho a percorrer, é relevante o tipo de trajecto que vai ser proposto, que não sabemos qual é, pode ser um trajecto directo, pode ser um trajecto sinuoso, para percorrer várias aldeias, é relevante o tempo de duração do trajecto, que depende dessa mesma definição, e essa mesma definição é competência do Município, é ainda relevante as horas a que o trajecto é feito, se é às sete, se é às cinco, se é às oito, se é às nove, seja o que for, se estão cá todo dia, ou se não estão, ou seja, há muitos critérios que têm que ser considerados; eu andei nos transportes públicos, e nessa altura já tinha quinze anos, deixem-me brincar, já era um pequeno burro grande, abra-se-me a boca da mesma maneira, mas pronto, também quis andar nos transportes públicos, porque os outros também andavam, e abdiquei de estar em Mogadouro a estudar com a minha marinha, que eu na altura estava com ela, para querer andar nos transportes, mas sei o quanto isso é penoso, vivi isso, cheguei a vir a andar 4 km da minha aldeia ao cruzamento, com um fachuqueiro na mão para ver o caminho, na altura em que já vinha para o 12ºano, porque os horários do 12ºano não eram compatíveis com os outros horários, fiz isso, sei o que é, sei o que custa, portanto imagino o que é, crianças de 4, 5, 6, 7 e 8 anos a fazer este tipo de coisas. Deixo à consideração dos responsáveis para que expliquem melhor à DREN aquilo que está em causa”. -----

► **ALTINO ALEIXO** usou da palavra e disse: “em primeiro lugar quero dizer nesta Assembleia, quero que saibam que, eu estou de acordo com as reivindicações da Câmara, e da Junta de Freguesia, mas desde que..., aqui falou-se já em muita coisa, mas não se falou nos alunos, falou-se aqui nas condições físicas, como toda a gente sabe em Portugal não fechou nenhuma escola por falta de condições físicas, fecharam por condições humanas, por isso as condições físicas estão fora parte, agora desde que o Município assuma todas as condições que o Ministério da Educação pede, se forem exigidas, pois com certeza que se deve manter o pólo aberto, se conseguir tudo bem, senão, mas não vamos andar aqui com faltas modéstias, há coisas que custam a ouvir, e custam a dizer, mas penso que ninguém terá dúvida nenhuma que por mais esforço que nós façamos, a escola vai fechar, penso que ninguém terá dúvida nenhuma sobre isso, agora é sempre bom lutar quando se tem que defender alguma causa”. -----

► **VICE - PRESIDENTE** usou da palavra e disse: “eu começaria só por ler ainda, aqui um bocadinho do JN, de hoje, onde diz assim: *quinhentas escolas fecham portas até Setembro*, e diz assim nesta parte inicial: *o Governo aprovou ontem em Conselho de Ministros uma resolução que determina o encerramento das escolas do 1º ciclo com menos de 21 alunos, em Setembro menos quinhentas devem abrir, e cerca de dez mil alunos podem ser transferidos para outros centros escolares*, deixemo-nos de hipocrisias, é assim, eu até solicito ao Senhor Presidente da Mesa que possa dispensar o Deputado Luis Tibério, e a Deputada António, como trabalho Municipal, para que no dia 8 digam os vossos argumentos ao Senhor Director da DREN, e que nos possam ajudar a que não encerre, que considerem como trabalho Municipal, o Senhor Presidente pode fazê-lo, pode justificar esta ausência, e que nos venham ajudar a fazer isso, aceitamos todos os contributos, para ver se acabamos com as hipocrisias de dizer que é a Câmara que encerra, ou que deixa de encerrar, ou que faz, ou que não faz, portanto agradecemos esta colaboração, a colaboração de todos, e todos são bem-vindos nesta luta”. -----

► **LUIS TIBÉRIO** usou da palavra e disse: “eu pergunto se alguém na sala ouviu dizer que é a Câmara que é responsável pelo encerramento das escolas. Alguém ouviu? (*ouviram-se vozes*) Eu não disse que a Câmara é responsável pelo encerramento das escolas, eu disse que a Câmara é responsável pela definição dos trajectos, isso eu disse, e assumo, a Câmara é responsável pela definição dos trajectos, a Câmara é responsável pelas criação de condições de transporte digno para as crianças, isso eu digo, e a Câmara tem que assumir que é verdade, agora nós estamos consigo Senhor Vice-presidente, o Senhor Vice-presidente também já escreveu no próprio Conselho Municipal de Educação que é contra o encerramento, então nós também somos contra. Ou não temos o direito de ser contra? Não temos o direito de estar consigo? Temos? Pois temos, mas até parece que nós somos

a favor, não somos não, mas o que é certo como diz o JN, elas vão encerrar, quer ser contra, e não assumir com a responsabilidade de encerrar, não se pode ter sol na eira e chuva no naval, é que o Senhor Vice-presidente gosta de lavar as mãos quando acha que deve lavar, mas assuma também a sua quota de responsabilidade, você é contra, nós também somos, e estamos consigo nessa matéria, mas infelizmente o que vai ser, é que vai encerrar, deixemo-nos de hipocrisias, como diz, também estamos consigo”. -----

► **ANTÓNIA MOURA** usou da palavra e disse: “(fim da gravação na presente faixa da banda magnética)...uma situação geográfica se calhar, não tão grande como a nossa, tiveram força, fizeram, consultaram Presidentes de Junta, ouviram-nos, aqui foi tudo feito pela calada, quando se foi a ver a reunião estava feita, também agora, não queiram tirar o louro de a escola de Castro Vicente ficar aberta este ano, porque a Senhora Ministra já veio dizer que iriam ter em atenção os lugares onde os pólos estavam a ser construídos, portanto não é por ir daqui e ir dalém, também faz força, e vamos fazer força, mas a Senhora Ministra já disse isso, portanto não é a Câmara, devia ter feito, devia ter acautelado o encerramento há três anos, porque pelo menos não seria tão brusco, e as crianças não estariam sujeitas àquilo que estiveram, e depois há outra coisa, é que elas tinham, acabado por morte natural, os alunos vão faltando, nem era preciso estar com o encerramento, complicaram a vida dos Professores estes três anos, a dos alunos”. (*ouviram-se vozes e risos*) -----

► **VICE - PRESIDENTE** usou da palavra e disse: “Senhor Presidente, é só para dizer que eu não consigo responder àquilo que me foi colocado, porque não consigo responder a uma coisa, e ao seu inverso, não consigo responder ao Deputado Luis Tibério a dizer que a Câmara não tem responsabilidade nenhuma, nem à Deputada Antónia a dizer que a câmara tem a responsabilidade toda, não consigo responder a isto, agradeço a colaboração, e que todos estejamos no mesmo sentido”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “vamos pô-lo à votação **2.5 Análise e deliberação sobre “Encerramento do Centro Escolar de Castro Vicente”** pergunto aos Senhores Deputados, quem vota contra ...(*ouviram-se vozes*) sobre este ponto, eu li-o, foi-nos solicitado no período da ordem do dia pela Câmara Municipal que incorpora-se-mos este ponto, e está sujeito a deliberação, eu pergunto novamente, quem vota contra ...(*ouviram-se vozes novamente*), quem vota contra o encerramento do Centro Escolar de Castro Vicente, por quanto a Câmara Municipal precisa desta deliberação da Assembleia para sustentar a sua própria posição que irá ter com o Senhor Director Regional, é preciso ser mais explícito ...(*ouviram-se vozes*). Quem vota contra o encerramento? Já vi que toda a gente é contra o encerramento, não é precioso mais nada”. -----

► **VICE-PRESIDENTE** usou da palavra e disse: “nós solicitamos que o Senhor Presidente possa pôr à votação a proposta da Câmara contra o

encerramento do pólo de Castro Vicente, e que seja essa a proposta que o Senhor Presidente possa aqui aprovar, aprovara a proposta da Câmara contra o encerramento do pólo de Castro Vicente”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “então vamos aprovar a proposta da Câmara contra o encerramento do Centro Escolar de Castro Vicente. Quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila, sétima fila, e oitava fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila, sétima fila, e oitava fila. Quem vota a favor faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila, sétima fila, e oitava fila. Aprovada por unanimidade”. -----

-----Vamos entrar no ponto **2.6 Outros Assuntos** -----

-----Enquanto se preparam para intervir eu queria comunicar o seguinte: no âmbito da nossa geminação com Ploumagoar, vai agora no dia 18 uma delegação daqui de Mogadouro a Ploumagoar, e foi entendimento da comissão que preparou, que essa delegação devia integrar um elemento de cada partido da Assembleia Municipal, se assim o entenderem, e um Presidente de Junta, também de cada partido, portanto aqui não pusemos em causa as regras da proporcionalidade, mas sim, da representatividade, assim sendo agradeço que, até ao final da reunião os respectivos representantes dos grupos parlamentares aqui presentes me indiquem, se não indicarem parto do princípio que ninguém quererá estar presente”. -----

► **MIGUEL RITO** usou da palavra e disse: “eu aqui vou retirar a qualidade de Presidente da Junta, e vou utilizar a de Pai de uma criança, e que gosta com este tempo de passear pelas ruas de Mogadouro, nos jardins, é um sacrifício, subir e descer passeios. Solicito na qualidade de Pai as rampas nos passeios por causa dos carrinhos dos bebés, como eu estão outros Pais, já vários falámos sobre esse assunto. É uma coisa muito simples que venho aqui a pedir”. -----

► **ANTÓNIA MOURA** usou da palavra e disse: “é porque me esqueci, ainda a propósito do encerramento das escolas, vou fazer aqui um teste, se o encerramento das escolas tem em vista única e simplesmente o bem-estar das crianças, e na Assembleia anterior o Senhor Presidente falou aqui na possibilidade de serem reagrupadas com Alfândega, e que não queria perder essas crianças, então o que está em causa, o bem-estar das crianças? É que se forem para Alfândega andam menos uma média de 25 km por dia, é uma boa viagem para crianças dos 4 aos 10 anos de idade”. -----

► **DULCÍNEO RODRIGUES** usou da palavra e disse: “tenho aqui uma série de recomendações, que vou deixar ao Executivo, e vou dirigi-las ao Senhor Presidente, porque o Senhor Presidente é que tem que assumir todas as consequências políticas, como ele disse há bocadinho, eu sei que ele as tem assumido sempre, porque é o topo da pirâmide. São pequenas

recomendações, quero referir-me ao Matadouro do Planalto, que é uma obra pela qual eu já várias vezes aqui tenho intervindo, e quero dizer ao Senhor Presidente que Sendim é a penas o prolongamento do Concelho de Mogadouro, e como tal não tenha dúvidas nenhuma em seguir para a frente, porque é uma obra extremamente necessária para o Concelho. -----  
-----Depois quero falar da tenda que está na feira do livro, e não compreendo muito bem a presença e o aluguer daquela tenda da feira do livro uma vez que temos ali a Biblioteca Municipal, e a Casa das Artes, que eu não sei se realmente aquele evento não poderia ter sido realizado lá, mas isso é uma questão de logística, que não me compete a mim ir aos pormenores dessa questão. -----  
-----Depois lembrar-lhe a limpeza das bermas das estradas. -----  
-----Questioná-lo também sobre o abastecimento de água potável ao sector nascente do Concelho, gostava de saber qual é o ponto da situação. --  
-----Referir que nesta época de crise é importante que os projectos, e os investimentos sejam mais virados para o aspecto produtivo, do que propriamente para o aspecto de laser, porque eu acho que neste momento é uma fase difícil que o povo Português, o povo Europeu está a atravessar, e portanto acho que devemos dar maior importância ao aspecto produtivo, e criação de postos de trabalho, do que propriamente ao aspecto de laser, jardins, e não sei quê. -----  
-----E por último quero desejar as melhoras ao membro desta Assembleia, Alfredo Ferreira de Urrós, que ontem teve um acidente de tractor, e eu quero desejar-lhe as melhoras. Quero ainda chamar atenção que este tipo de acidentes no Concelho de Mogadouro, infelizmente, não só no Concelho de Mogadouro, mas praticamente em todo o nordeste transmontano, tem de facto vitimado muitas pessoas, é certo que nós não podemos fazer nada, mas muitas vezes o uso do arco de segurança que os tractores, pelo menos os tractores modernos vêm equipados com eles, é de facto muito importante para prevenir mortes, e prevenir acidentes graves”. -----  
► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “só duas notas, como esta Assembleia não teve, por razões que o Senhor muito bem explicou, aprovação da acta, não posso fazer alguma retrospectiva do que se passou nessa Assembleia, porque a memória já me vai falhando, só quando leio alguma coisa é que recupero aquilo que disse e que ouvi, em qualquer dos casos quero começar por felicitar o Senhor Vereador, e a Senhora Vereadora da Cultura porque forneceram à Assembleia uma informação sobre as suas tarefas mais explicita, mais completa, mais cabal, do que os outros Senhores Vereadores, já que felicitei a Senhora Vereadora da Cultura queria também felicitar a Câmara, mas quero fazê-lo através dela, se o Senhor Presidente da Assembleia permite que o Senhor Presidente da Câmara permita, queria felicitar a Senhora Vereadora da Cultura pela qualidade do último concerto musical que houve em Mogadouro, e pela

logística toda, quer desde a recepção, e encaminhamento dos espectadores, até ao próprio fornecimento do programa em papel decente, e por esse motivo quero felicitar a Senhora Vereadora. -----

-----Quero também notar que o Senhor Vereador Pimentel tentou dar a volta por cima, isto é, partiu de uma asneira feita pelos serviços para o desmembramento em dois processos de um processo único, e com isso, segundo informação dele ganharemos em rapidez, e em menos tempo de incómodos nas obras que vão ser feitas. -----

-----Registrar a disponibilidade aqui expressa pelo Senhor Vice-presidente para informar sobre inquéritos, coisa que é nova neste Município, porque eu por exemplo estou à espera há quatro anos, três e meio, vá lá, de uma resposta sobre um inquérito que não foi comunicada, como a Lei obriga, a esta Assembleia. -----

-----Na última Assembleia falou-se aqui de taxas, eu procurei ter uma resposta mais directa do Senhor Vice-presidente, o Senhor Presidente da Assembleia não o permitiu, e de facto eu na altura disse que pelo menos haveria um inconveniente para o Município, se o Município deixa-se de cobrar taxas teria algum prejuízo, o que é certo é que pelo menos, penso eu, que se perderam onze dias de taxas. Mais uma vez porque não foi atempadamente posto a esta Assembleia, normalmente nós servimos um bocado de mula de socorro, as questões são-nos postas para aprovar a mata cavalos, e de imediato, e naquele dia. É mais um assunto que eu queria que a Câmara pondera-se para trazer as questões a esta Assembleia, mas dando o devido tempo. -----

-----Não quero terminar sem uma nota de optimismo, Senhor Presidente esteja à-vontade, no caso de concertar com os chefes dos Grupos Parlamentares a alteração para sexta-feira à tarde nunca há o problema de se prolongar muito tempo, se der voz a alguns dos Senhores Deputados Municipais daquela bancada, eles ao fim de duas horas já estão a dizer: *já chega, o que é que vai aquele a falar*, sobretudo quando aqueles que vão a falar são do contrário. -----

-----Finalmente uma palavra para dizer o que penso sobre a assumpção de responsabilidades por parte do Senhor Presidente, foi supérfluo, toda a gente sabe que por imposição da Lei, e também do seu carácter, o Senhor sempre assumiria as responsabilidades, como disse o meu camarada Dulcíneo, porque está no topo da pirâmide, bem o Senhor Presidente não disse coisa nenhuma, mas pelo menos teve uma vantagem, obteve com a aquiescência do Senhor Presidente da Assembleia uma salva de palmas, o que não devia ser permitido nesta sala, para comícios bastou bem o que se passou na última Assembleia, que houve aqui lavar de roupa suja sobre a constituição de listas, houve palmas, e houve vivas, é demais Senhor Presidente". -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** passou ao último ponto da Ordem

de Trabalhos: -----

-----3. *Período de intervenção do público*-----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, após verificar não haver público presente na sala, deu por encerrado este ponto dando de seguida a palavra ao Segundo Secretário da Mesa para que procedesse à leitura da Acta em minuta. -----

-----Finda a leitura da Acta o Presidente da Assembleia põe à votação a acta em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 92.º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a fim de que tudo o que foi tratado nesta Sessão se torne executório imediatamente tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -

-----Às doze horas e quarenta minutos o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, do que, para constar, se lavrou a presente acta que eu, Maria Isabel Sarmiento Martins Preto, funcionária de apoio administrativo à Assembleia Municipal redigi e subscrevi. -----

A funcionária de apoio

---

(*Maria Isabel S. M. Preto*)

O Presidente da Assembleia Municipal

---

(*Ilídio Granjo Vaz*)

---

<sup>1)</sup>Esta acta é constituída por 16.502 palavras, distribuídas por 34 páginas e 1458 linhas \*